

Editorial

DOI: 10.3395/reciis.v7i2.826pt

A realização deste Número Temático dá continuidade às discussões do Seminário realizado em julho de 2011, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/Fiocruz, com o tema 'As Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Saúde e os desafios para a gestão do SUS'. Nesta direção, o eixo motivador do Número Temático "AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR SAÚDE: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A GESTÃO DO SUS" consiste em evidenciar a relevância deste campo inter e transdisciplinar para o efetivo alcance do direito universal à saúde, garantido com equânime qualidade. Assim, um dos caminhos que se apresenta é incentivar e disseminar sua produção técnico-científica.

A complexidade que envolve o binômio 'Informação e Informática em Saúde proporciona um horizonte de novas questões, em uma dinâmica caracterizada pela velocidade e intensidade. Tal movimento constitui uma de suas virtudes e potência, mas também suscita, em seu processo político-histórico de construção, a necessidade de aprofundar estudos teóricos e conceituais que fundamentem as constantes mudanças e inovações em seus saberes e práticas. A Informação e Informática em Saúde constitui-se em um espaço político-epistemológico em permanente construção, portador de potência e relevância, imerso em relações de poder e disputas de interesses econômicos, sociais, científicos e culturais.

O contexto atual da Informação e Informática em Saúde, com debates sobre Registro Eletrônico em Saúde, Estratégia de e-Saúde e novo documento de Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, submetido em 2012 pelo Ministério da Saúde para consulta pública, reforça a relevância de ampliação dos espaços de circulação da produção científica e técnica sobre o tema, ao enriquecer a discussão com novas perguntas, hipóteses e possibilidades de respostas.

O vigor da produção de conhecimento do campo ficou evidente pelo retorno à chamada do Número Temático. Recebemos artigos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A quantidade de trabalhos enviados surpreendeu-nos. Após análise dos pareceristas ad hoc, o número de artigos aprovados para a publicação excedeu o limite ideal desta edição. A solução para este positivo 'problema' se apresentou pela decisão editorial da RECIIS em acolher o rico material produzido através de um suplemento previsto para o mês de agosto. Assim, garante-se a publicação da totalidade de artigos originais de qualidade que certamente contribuem para o avanço do SUS.

Coerente com a Chamada, os leitores encontrarão nos artigos as seguintes dimensões abordadas pelos autores: aspectos teórico-conceituais, experiências de disseminação da Informação para a gestão do SUS, uso do software público na gestão do SUS, Registros Eletrônicos em Saúde e utilização das bases de dados/SUS para análises epidemiológicas e para apoio à gestão.

O artigo de *Marteletto e Couzinet* traz contribuições teóricas ao apresentar e discutir conceito de dispositivo e sua possível aplicação no campo da Informação e Comunicação em Saúde. O de *Albuquerque-Junior e Santos* imerge na questão da segurança da informação a partir de normas preconizadas e do ponto de vista de alguns protagonistas do processo de produção da informação no âmbito hospitalar.

O artigo de *Gambi et al.*, que trata de tema polêmico, o prontuário eletrônico do paciente, traz reflexões sobre a atenção dispensada aos profissionais do setor de arquivo dos estabelecimentos de saúde. Estes profissionais, tradicionalmente responsáveis pela ordenação, guarda e disponibilização do prontuário do paciente, podem estar sendo preteridos do processo de informatização desse importante documento, fonte de informação tanto para a continuidade do cuidado do indivíduo, quanto para a Gestão e para a Pesquisa, no âmbito da Clínica e da Saúde Coletiva.

Raupp et al. discutem a translação do conhecimento em Banco de leite Humano, um setor de grande relevância para a Saúde Coletiva, onde o Brasil tem se destacado positivamente no cenário internacional. Já *Santos et al.* e *Bochner* aludem à utilização de bases de dados/sistemas de informações para a gestão do SUS. Enquanto Santos et al. problematiza o uso de um grupo de indicadores para a avaliação da atenção básica, enfatizando a importância da análise do contexto para evitar equívocos; *Bochner* foca em um sistema de informação específico, o SINITOX, abordando os problemas para a utilização dos dados a partir do relato histórico e questões gerenciais da constituição e implementação desse sistema.

As experiências diretamente relacionadas ao uso das tecnologias de informação e de comunicação na gestão foram contempladas pelos relatos de *Marcolino et al.* e *Silva et al.* O primeiro apresenta relato da implementação de telessaúde para acesso à atenção especializada, destacando benefícios comprovados da utilização dessa tecnologia, mas também situações contingenciais que, nesse caso, não chegaram a comprometer os resultados. O segundo aborda o desenvolvimento/utilização de software que permite relacionar bases de dados para o cálculo de indicadores preconizados para a avaliação da Atenção Básica.

O artigo de *Pereira Neto et al.* também trata da tecnologia de informação e comunicação, mas direciona o olhar para o usuário do SUS. No caso, abordou o uso da internet para a busca de informações em saúde por moradores de comunidade de baixa renda, e traz resultados de interesse para a gestão à medida que constata mudança de comportamento que interfere na relação com os profissionais de saúde/serviços de saúde.

O desenvolvimento de aplicativo, assim como no artigo de *Silva et al.*, também é o tema da pesquisa em andamento de *Moran e Tamariz*. Só que nesse artigo, os autores focaram no usuário comum. Trata-se de um aplicativo para localização de serviços de emergência com possibilidade de inserção de orientações de primeiros socorros.

Tendo por referência os principais marcos históricos da produção das estatísticas de mortalidade, o artigo de *Laurenti, Mello Jorge e Gotlieb*, autores seminais sobre a informação em saúde e mestres de toda uma geração de docentes e profissionais em nosso país, discute os principais usos das estatísticas de mortalidade, sempre que possível, mostrando exemplos clássicos, ilustrando-os com situações atuais e representativas para a Saúde Pública do país. O artigo traz também comentários a respeito da utilização dos dados de morbidade em comparação aos de mortalidade.

A realização deste Número Temático só foi possível porque contamos com apoio e colaboração de muitos. Mas agradecemos principalmente aos que enviaram os artigos, e aos pesquisadores que compartilharam seu conhecimento na elaboração dos pareceres. Acreditamos que esse Número cumprirá a função de literatura de referência para cursos e pesquisas, e de subsídio para profissionais e gestores.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Elenice Machado da Cunha

Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes

José Muniz da Costa Vargens

Editores convidados